Novo Texto igualará direitos à propriedade e à vida

O plenário da Constituinte aprovou ontem, por 337 votos contra 56 e duas abstenções, apenas o **caput** do art. 6º e seu parágrafo 1º — apesar dos acordos entre lideranças e coordenadores de grupos suprapartidários e sete horas de sessão — do capítulo I (Direitos Individuais e Coletivos) do Título II.

O Centrão obteve a aprovação da parte de seu texto que iguala o direito de propriedade ao da vida humana. Os destaques continuarão a ser votados hoje, a partir das 14h00.

Ao final da votação, que durou sete horas, foi rejeitada a emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), ligado ao Centrão, contra o aborto. Com a rejeição da proposta, a tendência da Constituinte é deixar o assunto para a legislação complementar.

Os partidos que votaram contra o substitutivo do Centrão alegaram que o **caput** do artigo 6º iguala o direito da propriedade ao direito à vida. Segundo a proposta, a Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade". Para o vice-líder do PT, deputado José Genoíno (SP), considerar a propriedade um bem absoluto, como é a vida humana, consiste num absurdo.

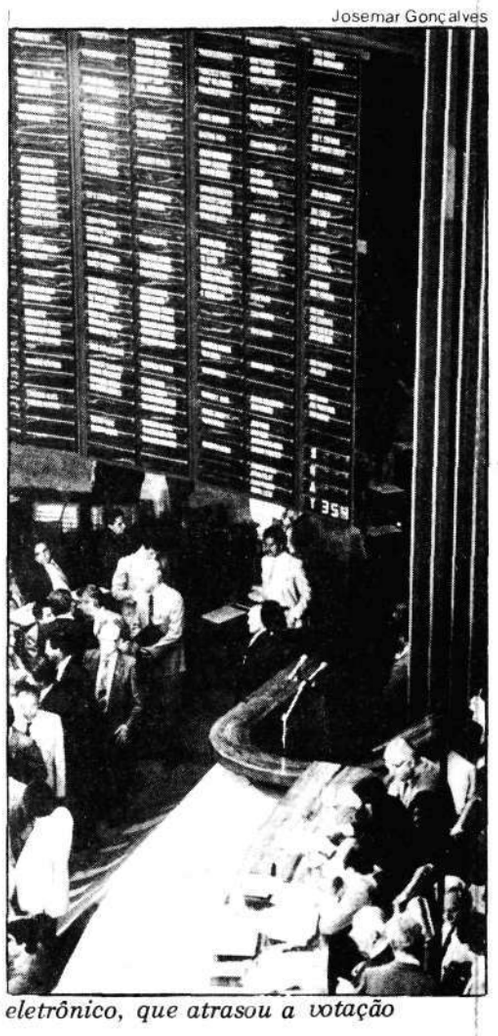
Destaque

As esquerdas ainda tentaram aprovar o texto da Comissão de Sistematização, que estabelece apenas que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. O destaque foi requerido pelo deputado Nélson Jobim (PMDB-RS), mas foi rejeitado por 319 votos contra 115 e quatro abstenções. Ao votar contra a emenda apresentada pelo próprio PMDB, o líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas (SP), explicou que cumpria o acordo firmado pouco antes com o Centrão. Os conservadores, em contrapartida, se comprometeram a apoiar o destaque que fundia o texto do seu substitutivo com o da Comissão de Sistematização. A proposta foi aprovada por 327 votos contra 97 e oito abstenções.

Em contrapartida, o líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva (SP), advertiu que o acordo entre o Centrão e a maioria dos partidos na Constituinte estava deixando os pontos essenciais de fora da futura Carta, principalmente os ligados aos direitos dos trabalhadores.

Josemar Gonçalves

Josemar Gonçalves



Presidente e relator lembraram o aniversário da Constituinte, marcado por falha no painel eletrônico, que atrasou a votação

Esquerda recusa entendimento

O acordo para a votação ontem, foi conseguido após três dias de exaustivas negociações entre o grupo progressista e o Centrão. Nesse entendimento, PMDB, PCB e PDT, conseguiram que o grupo conservador revertesse sua posição e aceitasse modificar 25 parágrafos de seu substitutivo reproduzindo parte do que foi aprovado na Comissão de Sistematização. Apenas o PT, PC do B, PSB e parte do Movimento de Unidade Progressista (MUP) do PMDB votaram contra.

Os progressistas quiseram votar o texto do Centrão, mesmo com as mudanças do resultado do acordo, porque o grupo conservador não cedeu em quatro pontos que consideram fundamentais: o habeas-data, que dá direito ao cidadão de receber informações a seu respeito em qualquer banco de dados oficiais e particulares; o mandato de segurança coletivo, a inclusão do terrorismo como crime inafiançável ao lado da tortura e a vinculação do direito à propriedade e a sua função social.

O deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP), que participa das negociações entre os diversos grupos da Constituinte, acredita que os acordos feitos são "uma manobra do Centrão". Segundo o deputado, o grupo conservador reproduziu a maior parte do projeto de Constituição "tão criticado por eles" fez modificações em alguns dispositivos, para depois recuar e fazer um acordo, mas não ceder nas questões essenciais.

Ilusão

Arruda não concorda, por exemplo, quando o Centrão vincula o terrorismo como crime inafiançável, imprescritível e sem direito a anistia ao mesmo nível da tortura, "que sempre é cometida pelo Estado". Não concordou também em aprovar o substitutivo do Centrão, porque o grupo não quis atender a uma das reivindicações da esquerda que é o mandato de segurança coletivo. Para o parlamentar petista "é um mito se considerar que na sociedade moderna o indivíduo pode brigar com uma grande corporação através de um mandato de segurança individual.

O líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (BA) afirma que os acordos "estão servindo para dourar a pílula do texto do Centrão". Ele acha que o grupo cede apenas na quantidade e não na qualidade das propostas, como ficou evidenciado nos quatro pontos em que não abriu mão". O deputado Roberto Freire, líder do PCB, realista, afirma: "É muita ingenuidade pensar que a direita vai votar comigo". Ele acrescenta que não está sendo impedido de se opor, como fez ontem ao defender uma emenda contra o Centrão, e por isso acredita que a disputa no voto é essencialmente ideológica.

Os deputados Brandão Monteiro, líder do PDT, e Nelson Jobim (PMDB-RS) discordam da posição de Lima e Plínio Arruda. Os dois afirmam que PT, PC do B, PSB e parte do MUP quiseram apenas marcar posição política e acham que os acordos firmados com o Centrão trouxeram avanços significativos ao projeto de Constituição.

Tortura, a polêmica de hoje

O líder do PCB na Câmara, e na Constituinte, deputado Roberto Freire (PE), acredita que 90% do Capítulo I do Título II do projeto de Constituição, ficará igual ao que foi aprovado na Comissão de Sistematização. O texto já foi objeto de acordo entre a maioria dos grupos e partidos na Constituinte, ficando para ser decidido no voto quatro pontos.

Assim, a maioria dos 60 parágrafos que compõem o artigo 6º do Capítulo I, serão apreciados e votados rapidamente, com poucas emendas. A sessão de hoje, por exemplo, começará com a votação do parágrafo 2º, em cujo texto está estabelecido que a lei "punirá como crime inafiançável qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais". O Centrão fez apenas uma mudança de redação nesse dispositivo sem alterar o seu significado e portanto será uma votação pacífica.

O senador Virgílio Távora (PDS-CE), membro do Grupo dos 32, acredita que até quinta-feira, todo o Capítulo I será votado, já que há um consenso sobre a maior parte dos seus dispositivos que facilitam sua aprovação pelo plenário. Se o painel ajudar, ainda hoje os constituintes poderão votar cerca de 15 parágrafos do capítulo.

Polêmica

Entre esses dispositivos a polêmica certamente ficará com o parágrafo 8º, que inclui o terrorismo, a tortura e o tráfico de drogas, como crimes inafiançáveis, imprescritíveis e insuscetíveis de anistia. A esquerda quer que apenas a tortura seja incluída nessa classificação, o que não concorda o "Centrão". A luta no plenário será entre o texto do grupo conservador e o texto da Sistematização, que os progressistas tentarão aprovar.

Pane no painel faz atrasar trabalhos

O painel eletrônico do plenário da Constituinte voltou, ontem, pela terceira sessão consecutiva, a atrasar os trabalhos de elaboração do texto constitucional. Durante a plenária, o presidente da Casa, deputado Ulysses Guimarães, foi obrigado a repetir por diversas vezes as votações por falha do equipamento. Ao final, Ulysses advertiu os técnicos responsáveis pelo painel para que não deixem ocorrer novamente os defeitos verificados nestes primeiros dias.

Logo na primeira votação do dia, quando foi apreciado o substitutivo do Centrão, apenas 219 constituintes conseguiram votar corretamente. No plenário haviam 434 parlamentares. Assim, a metade deles teve que se dirigir aos dois postos de votação, colocados à frente da Mesa da Presidência, para digitar o seu voto. Com isso, os trabalhos foram retardados em 30 minutos.

Como o painel não funcionava e algumas votações tiveram inclusive que ser anuladas, a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) indagou de Ulysses se o equipamento era brasileiro ou importado. Como a resposta foi a de que o painel foi comprado fora do País, a parlamentar alertou que várias pessoas estavam criticando o aparelho sob a alegação de que ele tinha sido fabricado no Brasil.

A Nova Carta

Depois de três dias de votação, a Constituinte só conseguiu aprovar o preâmbulo, o Título I e o Capítulo I do Título II do projeto de Constituição. Com o objetivo de agilizar as votações em plenário, o senador Nélson Carneiro (PMDB-RJ) propôs, ontem, ao presidente da Casa, deputado Ulysses Guimarães, que o horário reservado ao pequeno expediente e às comunicações de liderança sejam transferidos para depois que for encerrada a apreciação do texto constitucional, em cada sessão. Ulysses prometeu examinar a sugestão do parlamentar, e se possível colocá-la em prática rapidamente. Eis a íntegra do que foi aprovado ontem:

Título II — Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Capítulo I — dos Direitos Individuais e Coletivos

Art. 6º Todos são iguais perante a lei, sem distinções de qualquer natureza. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Parágrafo 1º Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei.

Descontente, Delfim ameaça deixar Centrão

São Paulo — Descontente com a atuação de alguns "falsos líderes" do Centrão, o deputado Federal Delfim Netto (PDS-SP) anunciou ontem sua disposição de deixar o grupo que ajudou a formar no início dos trabalhos da Comissão de Sistematização. Apesar de achar a idéia boa, o deputado disse não querer mais se envolver com o sistema articulado pelo grupo que, a seu ver, visa cargos do Governo.

"Eles começaram a falar demais, transacionar e pedir empregos para obter vantagens sobre o regime de governo e o tamenho do mandato do presidente Sarney. Isso realmente estremeceu o Centrão e eu protestei. Não estou precisando empregar ninguém e nunca empreguei ninguém nos 17 anos que estive no Governo", disse.

Expectativas

Ao contrário do que deseja os governadores do PMDB e um grande número de políticos, o deputado Delfim acha que não se deve fazer uma Constituição às pressas. "Precisamos fazer uma Constituição que preste. Afinal, não estamos na cavalaria onde tudo é rápido e mal feito". Segundo o deputado, a Constituição fará a modificação do Brasil a longo prazo "e não se devem criar expectativas que não serão atendidas".

"Joaquinzão" recua e não mais negocia

São Paulo — Dois dias após ter se comprometido a negociar com o chamado Centrão, o presidente da Central Geral dos Trabalhadores CGT), Joaquim dos Santos Andrade, o «Joaquinzão» voltou atrás e disse que falará apenas com alguns membros desse grupo, capazes de serem sensibilizados para o lado dos trabalhadores. «O Centrão é o que há de mais reacionário nesse País. Não iria negociar com determinados membros desse grupo porque tenho olfato e acabaria vomitando», afirmou.

Joaquinzão negou também, em tom enfático, que vá aderir à proposta feita por Luís Antônio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e Antônio Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários, favoráveis à indenização nas demissões sem justa causa e contrários à estabilidade no emprego. «Trocar o princípio da estabilidade por indenização é negociar o inegociável, e trair os trabalhadores», afirmou.

Plenária

«Joaquinzão» — que no sábado fez publicamente as pazes políticas com Medeiros e Magri, com os quais tinha divergências sindicalistas — informou ontem que batalhará pela realização de uma nova reunião plenária. «A plenária de sábado resultou em prejuízo. Perdemos a oportunidade de estabelecer um calendário de lutas. Se as CGTs estaduais não convocarem uma nova plenária, a executiva nacional o fará», anunciou.

O primeiro secretário-geral da CGT e membro do PC do B — partido que se retirou ostensivamente da plenária no último sábado —, Sérgio Barroso, acusou o presidente da Central de «ficar em cima do muro e não defender as posições resultantes do congresso da CGT, em março de 1986». Adiantou que os sindicalistas descontentes com o rumo tomado pela CGT — os membros do PC do B que têm forte controle sobre os sindicatos do Nordeste, com influência também no Rio Grande do Sul, além de independentes e filiados ao PCB — não irão «entregar a entidade de bandeja ao sindicalismo de resultados».

Constituinte completa um ano e Ulysses promete mais rapidez

No aniversário da Assembléia Nacional Constituinte, comemorado ontem, o seu presidente, Ulysses Guimarães, prometeu ampliar ritmo acelerado ao processo de votação do texto constitucional, convocando sessões de votação inclusive nos finais de semana. A adoção da medida vai depender de acordo com as lideranças partidárias, que inicialmente se possicionaram contra, e do andamento das votações esta semana. Ulysses Guimarães teme que a falta de quórum impossibilite um trabalho agilizado no plenário.

"Havendo quórum, haverá condições de serenidade nas votações e a nossa meta poderá ser atingida", disse Ulysses referindo-se ao objetivo de em dois meses o plenário ter votado toda a Constituição. Para ele, o sistema adotado de conversas prévias com as lideranças e reuniões individuais entre os grupos e líderes de partidos diariamente têm surtido o efeito desejado, com os acordos que facilitam o processo de votação.

"Nós verificamos isso no preâmbulo e no Título I e estou esperançoso que no Título 2, o mais difícil, também consigamos o mesmo, já que os pontos polêmicos foram reduzidos a meia dúzia", explicou.

Sem Perdão

Com a experiência de um ano de Constituinte, Ulysses diz que estuda atualmente outros mecanismos, a fim de diminuir o número de destaques e emendas solicitadas para agilizar os trabalhos. "A coisa está andando", disse ele, explicando que desde a instalação da Assembléia estão ocorrendo várias formas de trabalho e participação. "A Constituinte procura também resolver o problema da qualidade do texto", disse Ulysses, lembrando Joaquim Nabuco, ao citar que "o tempo não perdoa o que não se faz sem ele".

Quércia quer apressar Carta

Sorocaba — O governador Orestes Quércia defendeu ontem, em Itu, um movimento de pressão popular para que a Assembléia Nacional Constituinte aprove com maior rapidez a nova Constituição. Segundo ele, nunca houve tanta demora para se elaborar uma constituição no País. "A Nação já não está agüentando. Vamos escrever a nossos parlamentares e pedir que terminem logo seu trabalho", disse, em discurso dirigido a mais de cinco mil pessoas.

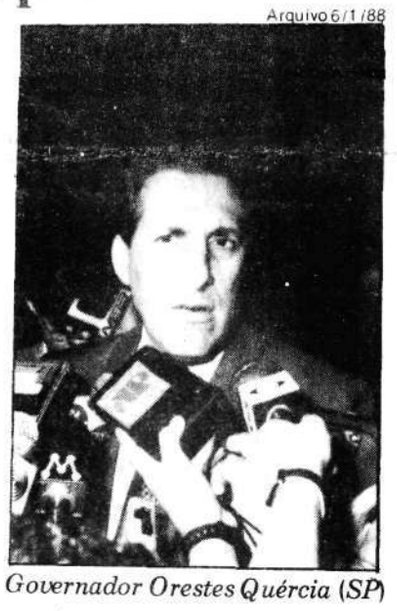
Falando à imprensa, Quércia lamentou que a Constituinte já tenha completado um ano sem aprovar nada. "Devíamos ter a nova Constituição até 15 de novembro do ano passado, mas está havendo uma demora injustificável. O País está tendo problemas de ordem social, da inflação e há necessidade de se garantir a tranqüilidade social. Mas é preciso primeiro resolver a questão da Constituinte".

O governador não soube apontar os culpados por essa demora, mas acha que a responsabilidade é de todos os constituintes. Sobre os esforços do Centrão para eliminar as disparidades existentes e tentar um consenso, Quércia afirmou que o Centrão não é um partido político e essa tarefa é dos partidos. "O PMDB, sim, é um partido político, e tem que buscar o consenso, pois esse consenso tem que sair a nível de partido. O que queremos é que haja um pouco de bom senso na Constituinte.

Falando sobre a forma de pressão, o governador explicou: "O que estou fazendo aqui, conversando com vocês, é uma forma de pressão. É uma pressão política. Mas o povo também tem que cobrar e pressionar seus constituintes".

Quércia esteve em Itu acompanhado dos secretários Chopin Tavares de Lima, da Educação, e Antonio Sérgio Fleury Filho, da Secretaria de Segurança Pública, para inaugurar obras e lançar um projeto habitacional que atenderá três mil famílias carentes da cidade. Recebido no Estádio Municipal "Dr. Novelli Júnior", foi saudado como "futuro presidente" pelo prefeito Ituano Lázaro Piunti. Muitas faixas traziam a mesma saudação e todo o esquema da visita do governador era igual ao de uma campanha eleitoral: crianças com cartazes, fogos de artifício, palmas e discursos. Mas Quércia voltou a repetir que não é candidato à Presidência, apesar de todas as evidências. "Estou aqui como governador do Estado". Em seu discurso, porém, falou em lutar para resolver os principais problemas do País, como inflação, habitação e o problema do menor. E anunciou que o Programa Habitacional iniciado em Itu, através do repasse de terras ociosas do Estado para as prefeituras desenvolverem projetos habitacionais, será estendido a outros municípios do Estado.

Arquivo 6/1/88



Governador Orestes Quércia (SP)

Câmara espera acordo sobre horário gratuito

As lideranças partidárias na Câmara dos Deputados voltarão a se reunir às 10h00 de hoje para tentar chegar a um acordo em torno do programa de propaganda gratuita dos partidos nas emissoras de rádio e televisão. Mesmo que não haja acordo, o projeto de lei que veio do Senado será colocado em votação amanhã. O PMDB e o PFL já decidiram mobilizar-se para garantir a sua aprovação, com emendas.

Os dois maiores partidos estão prontos para fazer uma concessão a alguns dos pequenos partidos que estavam obstruindo a votação concordam em não reduzir o tempo fixado para a propaganda, de uma hora para meia-hora. Mas não aceitam a outra reivindicação: a de se permitir a formação de redes estaduais nos casos de partidos que tenham apenas representação em Assembléia Legislativa. O programa terá de ser de âmbito nacional, ficando vedado o acesso a partidos que não tenham representação no Congresso Nacional.

Substitutivo

O projeto, que já foi aprovado há algumas semanas pelo Senado, é de autoria do senador Affonso Camargo (PTB-PR) e concede o espaço grátuito no rádio e na televisão apenas aos partidos que possuam deputados federais ou senadores, ao mesmo tempo em que reduz o horário de uma hora para 30 minutos.

A votação do projeto só não aconteceu até agora porque os líderes na Câmara ainda não chegaram a um acordo. É isto que provavelmente vá acontecer na reunião de hoje.

A demora na votação da alteração do horário político gerou sérias críticas aos partidos que não aceitaram o acordo, tanto por parte de parlamentares como de diferentes setores da sociedade, principalmente depois da exibição do programa do PSP.

Congresso não irá reprimir protesto

O Congresso Nacional não fará

O Congresso Nacional não fará qualquer tipo de repressão à manifestação programada para a próxima quinta-feira, às 16h00, pela Frente Nacional de Entidades Democráticas Sindicais e Populares em Defesa dos Interesses do Povo na Constituinte, quando 1.500 pessoas de diversos segmentos profissionais abraçarão o prédio do Congresso numa manifestação pacífica, entoando uma ciranda.

Quem assegura é o 2º vice-presidente e Corregedor-Geral da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), pois além de tratar-se de uma demonstração pacífica, a área não é de jurisdição do Legislativo, mas sim do Governo do Distrito Federal. Mesmo assim, numa atitude considerada por Arbage como uma "deferência respeitosa e respeitável", a CUT (Central Única dos Trabalhadores), enviou telex ao presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, comunicando o evento.

A "corrente" que abraçará o Congresso tem como objetivo demonstrar a insatisfação popular e a unidade do movimento sindical e democrático em defesa dos interesses populares, além da disposição de não aceitar uma Constituição que não consagre os direitos sociais. Na realidade, será uma manifestação popular contra o Centrão e a favor dos quatros anos de mandato presidencial. Segundo o senador Pompeu de Souza (PMDB-DF) um dos coordenadores do evento, o Centrão ao rejeitar o projeto anteriormente aprovado pela Comissão de Sistematização e elaborar outro, provocou o "abastecimento" da Constituição por anular todos os dispositivos de justiça social.

A facção progressista do PMDB e todos os partidos de esquerda na Constituinte, apoiam a iniciativa, indicando um parlamentar para que coordenasse em seu Estado a organização da manifestação. Cerca de 200 entidades também estão apoiando o "Abraço ao Congresso", entre as quais a Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil), ABI (Associação Brasileira de Imprensa), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), CUT e CGT.

PMDB faz dia 24 a reunião do diretório

O diretório nacional do PMDB vai se reunir no próximo dia 24, atendendo a autoconvocação de 41 de seus membros. A data foi acertada entre o presidente do partido, Ulysses Guimarães, e o primeiro vice-líder da Constituinte o deputado Euclides Scalco. Da pauta de trabalhos da reunião, além do preenchimento da 3ª vice-presidência do partido e de um cargo de vogal, constam o exame das relações do partido com o governo José Sarney, com vistas ao rompimento oficial.